

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.646.410 - SP (2020/0002861-5)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SAO PAULO
ADVOGADOS : DIEGO DE PAULA TAME LIMA - SP310291
MARCO ANTONIO MORI LUPIÃO JUNIOR - SP241233
GUILHERME VIEIRA DE CAMARGO - SP369485
AGRAVADO : GIVALDO VELOSO DOS SANTOS - EMPRESA DE PEQUENO
PORTE
ADVOGADO : SÉRGIO TADEU DE SOUZA TAVARES - SP203552

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SAO PAULO contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim resumido:

PROCESSO CONTRATO ADMINISTRATIVO -
AUTORIZAÇÃO DE USO - CESSÃO - ONEROSA - CESSAÇÃO -
REINTEGRAÇÃO DE POSSE - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA -
CLÁUSULA PENAL - REDUÇÃO - EQUIDADE - POSSIBILIDADE -
O VALOR DA CLÁUSULA PENA! É LIMITADO AO DA
OBRIGAÇÃO PRINCIPAL MAS PODE SER REDUZIDO QUANDO
ABUSIVO OU MANIFESTAMENTE EXCESSIVO PROCESSO
CONTRATO ADMINISTRATIVO - AUTORIZAÇÃO DE USO -
CESSÃO - ONEROSA - CESSAÇÃO - REINTEGRAÇÃO DE POSSE -
CUMPRIMENTO DC SENTENÇA - CLÁUSULA PENAL - REDUÇÃO
- ACOLHIMENTO PARCIAL - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS -
CABIMENTO - ACOLHIDA PARCIALMENTE A EXCEÇÃO DE
PRÉ-EXECUTIVIDADE SÃO DEVIDOS HONORÁRIOS
ADVOCATÍCIOS POIS O SUCUMBENTE DEVE REMUNERAR O
TRABALHO DE ADVOCACIA REALIZADO EM FAVOR DA PARTE
VENCEDORA - OS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS INCIDEM
SOMENTE SOBRE O PROVEITO ECONÔMICO QUE A PARTE
OBTVEU COM A EXCEÇÃO OBSERVADAS AS FAIXAS
ESCALONADAS

O recorrente alega violação do art. 412 do Código Civil, no que concerne ao valor da cláusula penal, trazendo os seguintes argumentos:

O artigo 412 do Código Civil assim dispõe:

"Art. 412. O valor da cominação imposta na cláusula penal não pode exceder o da obrigação principal."

No presente caso, contudo, falta o Eg. TJSP determinar a redução a patamar ainda inferior, a ser liquidado em primeiro grau, o que não pode subsistir.

A redução das multas para um patamar inferior ao valor da obrigação caracteriza-se, na verdade, como um absoluto desrespeito aos princípios regentes do regime jurídico-administrativo, que nortearam a relação jurídica outrora existente entre as partes litigantes.

[...]

Pensar o contrário, com efeito, afronta também a coisa julgada, porquanto a decisão de mérito objeto do cumprimento de sentença determinou a aplicação do referido regulamento de uso e das regras que disciplinaram a autorização de uso, não cabendo agora espaço para alteração do quanto imposto na sentença transitada em julgado (fls. 58/61), sob pena de se promover verdadeira reforma da decisão, por via absolutamente inadequada para tanto. (fl. 225)

É o relatório. Decido.

Na espécie, verifica-se que o acórdão recorrido decidiu a controvérsia nos seguintes termos:

Nos contratos tipificados no Código Civil, o valor da cominação imposta na cláusula penal tem como limite o valor da obrigação principal (art.412). Nesses casos, a penalidade deve ser reduzida equitativamente pelo juiz se a obrigação principal tiver sido cumprida em parte, ou se o montante da penalidade for manifestamente excessivo, tendo-se em vista a natureza e a finalidade do negócio (art.413).

[...]

No presente instrumento falta a cópia do contrato o que inviabiliza a verificação da proporcionalidade da multa, razão pela qual deverá o agravante buscar a liquidação no Primeiro Grau (fls. 216/218)

Portanto, uma vez que o acórdão recorrido se absteve de reduzir a multa, em decorrência da ausência de cópia do contrato, não merece prosperar a insurgência ante a evidente ausência de interesse recursal. Fica prejudicada, por conseguinte, a questão referente à suposta afronta à coisa julgada.

Nesse sentido: “Configurada a ausência de interesse de agir do ente público, no caso, porquanto o resultado pretendido já foi alcançado no acórdão impugnado” (REsp 1335172/CE, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 2/10/2018, DJe de 27/11/2018).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AREsp 717.203/PR, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, julgado em 25/10/2018, DJe de 19/11/2018; AREsp 1406161/SP, relator Ministro Mauro Campbell Marques,

Superior Tribunal de Justiça

Segunda Turma, julgado em 19/2/2019, DJe de 26/2/2019; AgInt no AREsp 1320424/MA, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, julgado em 18/3/2019, DJe de 22/3/2019; e AgInt no AREsp 130.222/SP, relator Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, julgado em 12/2/2019, REPDJe de 26/2/2019, DJe de 25/2/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente